



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade
Sub-Eixo: Ênfase em Raça e Etnia

A CATEGORIA RAÇA EM QUESTÃO: CONTRIBUIÇÕES DIALÉTICAS E DIASPÓRICAS

Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá¹

Resumo: Resgata o debate teórico em torno da ideia de *raça*, iniciado no campo da Biologia, e atualizado para o campo das Ciências Sociais. Apresenta *raça* como categoria analítica, contextualizando-a em uma perspectiva crítica e diaspórica, buscando, por fim, contribuir com uma proposta para esta categoria, reafirmando sua utilidade e importância para a compreensão da realidade social.

Palavras-chave: *raça*; racismo; questão racial; dialética; categoria.

Abstract: It resumes the theoretical debate around the idea of race, started in the field of Biology, and updated to the field of Social Sciences. It presents race as an analytical category, contextualizing it in a critical and diasporic perspective, seeking, finally, to contribute with a proposal for this category, reaffirming its utility and importance for the understanding of social reality.

Keywords: race; racism; dialectic; category.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma tentativa de revisitar o debate em torno da *raça*, aqui entendida como categoria, tanto a partir de uma perspectiva dialética crítica de fundamentação marxista, quanto de uma perspectiva afro-referenciada. Isto implica a utilização de importantes contribuições da epistemologia negra, como as categorias *genocídio antinegro* e *Diáspora*, sem as quais o debate sobre a questão racial resta distante da complexidade e centralidade que efetivamente possui. Espera-se que esse trabalho de reflexão seja capaz de oferecer uma contribuição autêntica e relevante para o desenvolvimento deste campo, inclusive na dissolução de dois frequentes equívocos teóricos: o de considerar que *raça* não existe como realidade social, pelo fato de não possuir realidade biológica/material; e o de, apesar de considerar que a *raça* exista como construto social, seria uma questão integralmente subsumida às questões de classe. A realização deste trabalho numa perspectiva afro-referenciada e diaspórica implica também o enfrentamento ao racismo epistêmico, que dificulta a participação de autores negros e seus saberes na arena de debates urgentes e importantes como o que aqui se coloca. Nesse sentido, músicas, trajetórias, poesias e

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade de Brasília, E-mail: ensejo@gmail.com.

demais recursos intelectuais negros da Diáspora são considerados aqui como de grande importância para a discussão da problemática racial.

RAÇA COMO CATEGORIA

Antes de falar da raça em si, é importante delimitar algo sobre a distinção entre *categoria* e *conceito*. Estas palavras, que são utilizadas geralmente de maneira indistinta e desprovida de critério, expressam significados diferentes. Ter essa diferença em mente é importante para situar o debate em torno da raça, considerando a pluralidade de perspectivas que o cerca. Para isto, utilizo-me da dialética crítica de fundamento marxista, além dos saberes negros já mencionados neste trabalho.

Nesse sentido, é válido o esforço de refletir a partir da máxima de que é importante “não esquecer que as categorias exprimem, portanto, formas de existência, condições de existência determinadas, muitas vezes simples aspectos particulares desta sociedade determinada” (MARX, 1983, p. 224). De forma didática, então, o termo *categoria* neste trabalho está relacionado aos marcadores capazes de exprimir formas de existência e aspectos particulares de uma determinada realidade. E o termo *conceito*, por sua vez, diz respeito ao sentido e ao valor empregado a algo ou a uma categoria. Nesse sentido, a palavra *raça* é aqui entendida como uma categoria, por exprimir uma determinada forma da realidade, e que possui diferentes conceitos, isto é, diferentes interpretações sobre esta categoria e sobre a realidade que esta exprime.

Numa primeira aproximação, a discussão da ideia de *raça*, considerando os aspectos materialistas da realidade teria como ênfase os aspectos biológicos da diferença humana. Uma vez que as pesquisas realizadas no campo da genética e da biologia em geral apontam que a ideia de diferenças raciais não é passível de aplicação entre seres humanos, uma das possíveis reações seria negar a validade da categoria *raça*, considerando a sua ausência de base material que a sustente. Negar a existência de raças nesse contexto seria ainda uma postura antirracista e comprometida com o enfrentamento às ideologias que se utilizam da falácia da existência de raças para promover atos de violência e subjugação de indivíduos e povos. Demarcar este tipo de posicionamento seria, então, algo de fundamental importância.

Entretanto, ainda que pareça às vezes uma questão cientificamente superada, o fato é que ideologias de supremacia racial sempre voltam à tona nos mais diversos momentos históricos e nos mais diferentes países. Isto demonstra o quanto a

problemática envolvendo a questão racial é algo mais complexo do que aparenta, e exige, dessa forma, respostas a outros aspectos igualmente importantes da realidade.

O materialismo de fundamentação marxiana, diferentemente da perspectiva materialista que o precedeu, se destaca e se caracteriza pela compreensão ampliada que a *dialética* lhe proporciona. Isso implica que, embora a busca pela compreensão da realidade social tenha a materialidade como ponto de partida, o materialismo dialético compreende a realidade concreta como uma síntese que envolve outras determinações, incluindo construtos intelectuais, como ideias, discursos e reflexões. Desse modo, ainda que não possua fundamento material *stricto sensu*, a diferença racial permanece capaz de operar, por meio de seu aspecto epistemológico e supostamente reflexivo, como ideologia². Em outras palavras, embora não possua validade como fato biológico, a ideia de que existem diferenças raciais continua a ser reproduzida socialmente como crença e como elemento mediador das relações sociais, servindo como ferramenta de reprodução de violência e poder.

A racialidade aplicada a seres humanos não possui fundamento material, quando considerados os critérios utilizados na Biologia para a caracterizar a existência de raças, incluindo a compatibilidade genética da humanidade como um todo. No entanto, a aparente distinção sugerida pelas diferenças de fenótipo é apropriada e distorcida como significante de diferença racial, na realidade das relações sociais. As distorções destas diferenças são a base falaciosa, a partir da qual as ideologias buscam se construir, estando, em geral, historicamente atreladas à produção de poder e hierarquias de status. Outros processos de poder nas relações entre povos, como o etnocentrismo e, mais especificamente o eurocentrismo, foram determinantes para valorar como inferiores os povos *outros*, como os povos africanos e indígenas, abrindo, desse modo, caminho para as investidas de dominação, escravização e extermínio. Somente em meados do século XX, com este campo de estudos se desenvolvendo, é que a racialidade passou a ser reconhecida de maneira mais ampla como componente das relações sociais, não apenas como subproduto das classes sociais, mas como dinâmica que exerce seu próprio poder de determinar a realidade social.

A distinção racial, assim como é o caso da distinção de gênero, serve como potencializador das disparidades sociais e manutenção de privilégios e do poder. Nesse sentido, a subsistência desta ferramenta ideológica é de extrema relevância

² O conceito de ideologia aqui empregado tem como referência a perspectiva de Marx, que se utiliza da metáfora da câmara escura, que reproduz a inversão da imagem física, para explicar o processo que as ideologias produzem em relação à realidade. (MARX; ENGELS, 2007).

para os processos históricos de dominação racista e só é possível de ser perpetuada contra um grupo majoritário, como no caso brasileiro, por conta de um elemento de fundamental importância: a falta de *consciência* a respeito destes processos. E esta relação contraditória entre consciência e os processos raciais está diretamente ligada ao *caráter dialético da categoria raça*.

A partir de uma perspectiva dialética, é possível observar e compreender que esta categoria, raça, produz ao mesmo tempo, tanto possibilidades de opressão e assujeitamento, quanto possibilidades de reconhecimento, organização, resgate de memória e produção de contraofensivas ao racismo e seus efeitos. É nesta direção que o movimento negro em sua maioria se construiu nas últimas décadas nos países da Diáspora. Palavras como *raça* e *negro*, que, mesmo sem amparo material, reproduziam violência e opressão, passam a ser resignificadas como chaves de identificação e compreensão destes processos, e de organização para enfrentá-los.

A ausência desta perspectiva dialética inviabiliza a capacidade de apreensão da categoria raça como dotada desta dupla direção contraditória e simultânea, isto é, de sua tese e antítese. Quando a raça não é compreendida como uma categoria reflexiva e dual, esta se reduz às interpretações racialistas dos séculos passados, restando como reação apenas sua negação e abandono.

Existem trabalhos que, a partir desta perspectiva, atestam a existência do racismo, mas se recusam a trabalhar com a categoria raça, mesmo em um sentido reflexivo/epistemológico, por esta não ter correspondência com o mundo material. Entretanto, os próprios substitutos para esta categoria que deveria expressar a matriz do racismo são, a meu ver, ainda mais limitados. O substituto geralmente mais utilizado é *etnia*, todavia, a designação mais comum atribuída a tal categoria, relacionando-a à diversidade de grupos populacionais, identificação a partir de elementos culturais, simbólicos e também semelhanças fenotípicas, não é capaz de abarcar a complexidade do racismo e seu alto poder de opressão e violência. Menos ainda dá conta da complexidade da Diáspora, na qual, por exemplo, um indígena que se auto reconhece e é reconhecido por seus pares como pertencente a uma determinada etnia pode vir a sofrer racismo antinegro por ser identificado como tal, quando estiver em um ambiente que não a terra indígena em que vive. Além disso, enquanto a etnia enfatiza diversidades e singularidades entre grupos, a raça é aquilo que os homogeneiza, de modo que não importará se a origem étnica de um indivíduo fenotipo negro é bantu ou nagô. Na dinâmica do racismo, este indivíduo será tratado como negro, independente de ser banto ou nagô ou fulni-ô.

O uso dual e contraditório de marcadores que foram originalmente produzidos por um grupo dominante para classificar e legitimar sua dinâmica de assujeitamento, mas que foram apropriados e, em alguma medida, subvertidos pelo grupo subalternizado, pode ser denominado como *essencialismo estratégico*. Cunhado por Gayatri Spivak (2010), busca conceituar justamente a ponderação entre um *antiessencialismo*, presente sobretudo em análises intelectuais, e o próprio essencialismo, utilizado muitas vezes de maneira irrestrita e acrítica no âmbito político e dos movimentos sociais. Assumir uma identidade capaz de agregar sujeitos em um movimento de coletivização de demandas para potencializar agendas de lutas, e ao mesmo tempo manter a consciência dos riscos de se assumir uma identidade de maneira essencialista, para que este movimento por emancipação não se torne novamente assujeitamento e clausura para os sujeitos e suas diversidades. É nesse sentido que, sobretudo num país como o Brasil, em que a maioria negra possui uma ascendência evidentemente miscigenada, esta construção de uma identidade negra precisa estar especialmente atenta às potencialidades e limites que possui.

É preciso, porém, na elaboração deste conceito, pensá-lo não apenas de maneira descritiva e analítica. Se o propósito deste esforço de compreensão da realidade possui uma intenção antirracista, é necessário entremear e estruturar a própria conceituação por meio de valores antirracistas. Nesse sentido, é importante fazer diferente da maneira hegemônica e eurocêntrica de produção do conhecimento. É importante atribuir valores afro-refenciados a esta elaboração, na perspectiva que Guerreiro Ramos (2018) chamou de *negro-vida*, por oposição ao negro tema, e que Clóvis Moura definiu como uma *práxis negra* desde a *Sociologia posta em questão* (1978). Nutrir este conceito de raça a partir desta perspectiva é, também, portanto, fazer elevar a voz do griô na Diáspora, como autoridade do saber tal como o é o escritor no Ocidente contemporâneo. Nesse sentido, vale trazer a poesia de Victória Santa Cruz, que sintetiza e traduz a dialética da raça em Gritaram-me negra³:

Tinha sete anos apenas. Apenas sete anos. Que sete anos! Não chegava nem a cinco! De repente umas vozes na rua me gritaram: Negra! /Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! "Por acaso sou negra?" – me disse: SIM! "Que coisa é ser negra?" Negra! E eu não sabia a triste verdade que aquilo escondia. E me senti negra. Como eles diziam. E retrocedi. Como eles queriam. E odiei meus cabelos e meus lábios grossos, e mirei apenas minha carne tostada. E retrocedi. E retrocedi. E passava o tempo, e sempre amargurada, continuava levando nas minhas costas minha pesada carga. E como pesava!... Alisei o cabelo, passei pó na cara, e entre minhas entranhas sempre ressoava a mesma palavra: Negra! Negra! Negra! Negra!

³ Por não encontrar o poema em alguma publicação bibliográfica original, cito a versão musicada, interpretada pela própria autora e elenco, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RljSb7AyPc0> (acesso em 11/2018). Citado aqui com adaptações.

Até que um dia que retrocedia, retrocedia e que ia cair. “Negra! Negra! Negra!” E daí? E daí? Negra! Sim! Negra! Sou Negra! Negra! Negra! Negra sou! De hoje em diante, não quero alisar meu cabelo. Não quero. E vou rir daqueles que por evitar – segundo eles – evitar-nos algum dissabor chamam aos negros de “gente de cor”. E de que cor? Negra! E como soa lindo! Negro! E que ritmo tem! Negro Negro Negro Negro, Negro Negro! Afinal, afinal compreendi. Afinal já não retrocedo. E avanço segura. Avanço e espero. E bendigo aos céus porque quis Deus que negro azeviche fosse minha cor. E já compreendi. Já tenho a chave! Negro, Negro, Negro, Negro... Negra Sou!

Este poema, inspirado em uma vivência real da autora⁴, é capaz de sintetizar e traduzir a dinâmica do racismo e da raça. Nele, a personagem que sofria pelo peso da palavra *negra* consegue, por meio da mesma palavra, a chave para a retomada de sua autoestima e para a organização do enfrentamento da opressão que sofria. Também o rapper Mano Brown, na música *Eu sô função*, narra a passagem dialética por dois diferentes estados de consciência a respeito da raça e do racismo:

Se ser preto é assim ir pra escola pra quê? /Se o meu instinto é ruim e eu não consigo aprender (...) /Folha seca num vendaval, um inútil /É morrer aos pouco eu me senti assim, tio /Eis que um belo dia alguém mostrou pra mim /Uma reunião tribal, James Brown e Al Green /Uau! "Sex Machine"! /O orgulho brotou /"Poder para o povo preto" e que estale os tambor! (DEXTER; MANO BROWN; FUNÇÃO, 2005)

A poesia de Santa Cruz e o rap de Mano Brown exemplificam, a partir de outra linguagem, e por meio de narrativas em primeira pessoa e de personagens da vida real, a dinâmica dialética da raça e do racismo em situações concretas. Por retratarem a experiência do sujeito oprimido, os textos explicitam a impossibilidade de uma postura meramente neutra ou compreensiva ante ao racismo e aos mecanismos pelos quais opera. Produções artísticas sempre foram uma via importante para a manifestação antirracista, vocalizando a visão de mundo, a compreensão da realidade, os desejos e os projetos de uma população que historicamente esteve alijada dos espaços e meios como a universidade, em que a produção intelectual legitimada com ciência e como conhecimento superior é realizada. Nesse sentido, extrair de peças artísticas os elementos intelectuais destes sujeitos também faz parte de uma forma afro-referenciada e antirracista de se abordar este tema.

Há ainda dois elementos que contextualizam a particularidade do racismo antinegro no Brasil. É a compreensão do contexto de *Genocídio*, vivenciado pelo povo negro em *Diáspora*. Embora muitas vezes utilizados apenas como descritores superficiais e desconexos, estes dois elementos são de fundamental importância para

⁴ Conferir trecho de entrevista com a autora realizada pela emissora peruana TV Perú: <https://www.youtube.com/watch?v=754QnDUWamk> (acesso em 11/2018)

desvelar a visceralidade e complexidade do racismo no contexto de um país como o Brasil.

Vale destacar que, embora se utilize a mesma palavra para se fazer referência a esta experiência de dispersão à força de diferentes povos, não se pode esquecer a particularidade da Diáspora Africana: a violência do tráfico escravagista transoceânico. Não obstante, é a categoria Diáspora que possibilita a compreensão de unidade entre as realidades dos indivíduos negros, descendentes de diferentes partes do continente africano, nas quais habitavam diferentes povos e etnias, em diferentes tempos históricos ao longo de quase quatro séculos, e com diferentes sistemas de organização política, e religiosa.

Estes povos, unidos à força pelos navios dos colonizadores/sequestradores, diluem-se e somam-se à identidade de significado enganoso de *povo brasileiro*. Geralmente a palavra *povo* é evitada na academia para se referir a grupos sociais, preferindo-se a denominação de *população*, atribuída aos mais diversos segmentos (população jovem, população de mulheres, população de imigrantes, população negra, entre outras), talvez por se tratar de um termo menos carregado de valor e, por isso, mais neutro e mais técnico para abordar esta e outras realidades. O fato é que, se por um lado, a palavra população é de fato um descritor esterilizado, menos carregado de valor, por outro lado, sua pretensa neutralidade acaba por eclipsar as nervuras ocultas no debate sobre que seria o “povo brasileiro”⁵. Suprime tanto as conexões que unificam diversas populações negras como povo de origem africana em um país remoto, cujo projeto historicamente nunca as contemplou; e ao mesmo tempo esconde também as fraturas sociais dentro desta mesma ideia de povo brasileiro, imposta, sobretudo por uma elite branca, mas que não se traduz sequer em doses mínimas de solidariedade e empatia por parte desta elite para com os mais pobres, de modo que até as políticas sociais são historicamente formuladas com as marcas do desprezo por aqueles em quem não reconhece semelhança ou similaridade. A compreensão do processo diaspórico põe em dúvida, portanto, a capacidade unificadora da ideia de povo que compõe o Estado-nação brasileiro, ao considerar a história da população negra no país, o que se aplica também, ressalvadas as particularidades, à população indígena que primeiro habitava estas terras.

Como se pode ver, a compreensão da realidade da população negra no Brasil tendo como chave interpretativa a Diáspora a que foram submetidos impõe, inclusive, uma relação diferenciada com elementos basilares como o tempo, a história, as

⁵ Já em *Rebeliões da senzala* (1959), Clóvis Moura questionava a tese vigente acerca da noção de “povo brasileiro”, provocando rupturas importantes com o pensamento social da época.

geografias, e as identidades e pertencimentos. Exige compreender que o passado não determina o presente. O passado o compõe. Não apenas o explica, como também o estrutura. Nesse sentido, analisar o histórico da escravidão e suas bases anteriores não é compreender apenas o passado da população negra, é compreender seu presente. Não é sobre apenas resgatar a memória, é, recompor para compreender, a realidade. É entender que a Diáspora Africana não é simplesmente um processo. É também um lugar, uma geografia. E nesta geografia complexa, há um território negro, do qual partilham os negros de África e de todos os países colonizados por meio da escravização. É o chamado Atlântico Negro (GILROY, 2012). Acontece também que, olhando dialeticamente para esta realidade geográfica, se a Diáspora e a escravidão produziram um Atlântico Negro, é porque foi também produzido o que poderíamos chamar de Atlântico Branco.

Neste Atlântico Branco, pouco estudado nestes termos, portugueses, espanhóis, ingleses, holandeses e franceses, entre outros, embora muitas vezes em conflitos entre si, coabitam o território dos colonizadores que se estabelece por meio do mesmo oceano, e faz convergir e em alguma medida unificar sua experiência e posição no mundo da forma como foi concebido ao longo dos últimos séculos. E essa posição de dominância, e subordinação/aniquiação de povos negros e indígenas para o alcance de seus interesses expansionistas os aproxima nessa geografia oceânica e supra nacional. É a partir destas realidades que a perspectiva da Diáspora impõe novos modos de compreensão da organização entre os povos, não apenas a partir das identidades nacionais, mas compreendendo estes outros elementos que unificam e dissociam estas populações nacionais, fazendo transcender a geografia política convencional.

O outro elemento, que permite compreender a profundidade e a complexidade do racismo brasileiro é traduzido pela categoria *genocídio*. Embora seja também um tipo de crime internacional, que pressupõe vítima, autor e penas aplicáveis, o caso do genocídio negro brasileiro nunca foi caracterizado criminalmente⁶. Isso, porém, não impede que o termo seja utilizado politicamente e com o objetivo de expressar a real dimensão da experiência de violência racial a que a população negra brasileira se encontra historicamente submetida.

Embora o fenômeno do racismo seja compreendido em boa parte das produções acadêmicas em pelo menos três dimensões, pessoal/internalizado, interpessoal e sistêmico (WERNECK, 2016; JONES, 2002), o fato é que para o senso

⁶ Sobre esta questão, cf. (FLAUZINA, 2014)

comum, o que se compreende por racismo é geralmente o que estaria relacionado à definição de racismo interpessoal. Infelizmente, os momentos em que uma pessoa ofende outra com afirmações racistas é apenas a manifestação mais superficial do racismo. E, para além da proposição importante e didática de Camara Jones para se entender a dinâmica do racismo, o que proponho é que a realidade do povo em Diáspora seja compreendida a partir do ponto de convergência para o qual aponta toda e qualquer manifestação do racismo, o genocídio.

Martin Luther King Jr., o Dr. King, afirmou com precisão em seu discurso citado por João Vargas a relação indissociável entre racismo e genocídio:

O racismo é baseado numa afirmação ontológica. É a noção de que é o ser de um povo que é inferior. E a lógica maior do racismo é o genocídio. Hitler foi um homem muito doente. Ele foi uma das maiores tragédias da história. Mas ele foi muito honesto. Ele levou o racismo à sua conclusão lógica. A partir do momento que seu racismo o fez doente e a falar que havia algo inatamente inferior no judeu, ele acabou matando seis milhões de judeus. A lógica maior do racismo é o genocídio ; e se alguém diz que uma pessoa não é suficientemente boa para ter um bom emprego, não é suficientemente boa para ter acesso a acomodações públicas, não é suficientemente boa para ter o direito ao voto, não é suficientemente boa para morar ao meu lado, não é suficientemente boa para se casar com sua filha por causa de sua raça. Então, nesse momento, aquela pessoa que diz que a outra pessoa não é boa o suficiente para isso tudo diz também que a outra pessoa não merece viver. Essa é a lógica última do racismo. (VARGAS, 2017, p. 102)

Toda ação racista tem como origem e destino o genocídio. É a partir da radicalidade desta máxima que elaboro este exercício de compreensão sobre a realidade e a dinâmica do racismo no Brasil. Esta perspectiva rediscute, por exemplo, a famigerada dicotomia entre *preconceito racial de marca* e *preconceito racial de origem* proposta por Oracy Nogueira (2007). Deve-se reconhecer a importância da contribuição epistemológica e didática do autor ao apresentar esta diferença de ênfase na dinâmica do preconceito racial no Brasil e nos Estados Unidos. Entretanto, a ausência do processo genocida e sua centralidade no conjunto da explicação destas dinâmicas impede de compreender que, mesmo com suas particularidades, todo preconceito de marca se remete à origem odiada ou desprezada daquele indivíduo ou grupo. Além disso, acaba induzindo à atenuação de certas atitudes racistas, como se houvesse uma espécie de gradação de impacto das atitudes racistas, quando na verdade todas elas retroalimentam o genocídio antinegro, independentemente de soarem mais ou menos ofensivas.

O genocídio é também a conexão central entre o que se denomina como racismo pessoal/internalizado, racismo interpessoal e também o racismo de maior

escala, denominado de sistêmico, difuso ou estrutural⁷. Unifica também as dinâmicas particulares de racismo que receberam denominações próprias para fins didáticos neste campo de conhecimento, como, racismo religioso, racismo ambiental, racismo institucional, entre outros. Nesta perspectiva, políticas públicas de enfrentamento ao racismo que desconsiderem esta complexidade restarão anacrônicas, pois quando muito alcançarão a superfície da problemática que pretendem enfrentar. Tendo como referência o processo genocida, é possível visualizar o racismo em sua totalidade, geralmente abordada de maneira difusa, que inclui o seu ideário racista, o qual é intrinsecamente vinculado ao conjunto de ações, práticas e manifestações racistas, e alimentam e são retroalimentadas pelo caráter estrutural, materializado em sistemas e instituições sociais. Tendo em vista que o alvo deste racismo genocida é uma “raça”, ou melhor dizendo, um povo em Diáspora, despossuído de seu território original e forçado a viver no território de seu algoz, é fundamental para compreender o modo como estas estruturas, instituições e sistemas são frutos de um projeto de Estado e nação que a este povo ofereceu, num primeiro momento a escravidão, e num segundo momento um combinado de desprezo e aniquilação.

Nesse processo, porém, há ainda outro elemento mediador de fundamental importância, e que, embora seja muito referido na literatura, é pouco discutido em sua profundidade e complexidade. Trata-se do processo de *desumanização*. A desumanização é o principal produto do ímpeto racista, que classifica o outro como qualquer coisa menos que humano. É desse processo que decorre a classificação de raça, que, na verdade é um conceito distorcido, pois sua lógica opera efetivamente como classificadora de espécies (humana e não-humanas). Nesse sentido, o negro não seria um humano de uma raça inferior, mas qualquer coisa inferior à espécie humana. E sob o antropocentrismo que constitui a era moderna, tudo aquilo que não possuía o status de humano era como um objeto, um recurso a ser usado para a satisfação dos interesses dos que se consideravam como humanos. A combinação de todos estes elementos é o que nos permite definir o racismo, então, como uma *tecnologia*, isto é, uma combinação entre conhecimento, métodos, instrumentos, técnicas, procedimentos e um sentido determinado, sendo a raça o código, a plataforma por meio do qual esta tecnologia é passível de ser empregada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁷ Embora apontem para uma mesma direção, convém ressaltar que estes termos estão situados em diferentes abordagens teóricas, de modo que não podem ser considerados sinônimos.

A discussão aqui apresentada tem como objetivo possibilitar entender como a *raça*, aqui compreendida como categoria analítica, é um dos principais componentes matriciais do racismo, e que, justamente por isso, necessita ser compreendido enquanto tal, para que seja possível compreender e intervir junto ao racismo e sua dinâmica.

Tendo em vista que o Brasil é estruturado nas plataformas coloniais, e tem na violência racial um de seus principais elementos fundacionais, o debate sobre a questão racial e suas operações deve ser tratado como um debate incontornável por sua fundamental importância para a compreensão da realidade social brasileira e também internacional.

É importante contextualizar também que a dinâmica da *raça* e do racismo se transformam de acordo com os processos históricos, e com os processos políticos e econômicos globais e locais. Nesse sentido, faz-se necessário compreender a dinâmica social brasileira, e como esta dinâmica está relacionada com processos globais que impactam diretamente o país, incidindo também nos aspectos raciais desta realidade. Isso aponta para a necessidade de situar o debate categorial aqui apresentado, contextualizando-o na dinâmica colonial e de capitalismo dependente que conforma a realidade de países periféricos como o Brasil. Embora estas questões não tenham sido abordadas suficientemente no presente trabalho, isso não relativiza a importância dos aspectos sociais e econômicos para a compreensão da dinâmica racial que persiste nos dias atuais.

Embora no campo dos estudos sobre *raça* a dialética crítica esteja ainda insuficiente presente, esta continua sendo uma importante perspectiva teórico-metodológica, capaz trazer contribuições relevantes para este campo. Além disso, se destaca pela possibilidade de oferecer caminhos de enfrentamento, devido a seu comprometimento ético e político contrário a toda forma de opressão e exploração, o que pode conduzi-la efetivamente em favor de uma práxis abolicionista e emancipatória.

REFERÊNCIAS

DEXTER; Mano Brown; DI FUNÇÃO Eu sô Função. CD. Dexter. *Exilado Sim, Preso Não!*. Cosa Nostra Fonográfica: São Paulo, 2006. 1 disco sonoro. Faixa 06.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. As Fronteiras Raciais do Genocídio. *Revista Direito*. UnB, v. 1, n. 1, Brasília: 2014.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

JONES, C. P. Confronting institutionalized racism. *Phylon*. Atlanta: v. 50, n. 1, p. 7-22, 2002.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. Edições Zumbi, 1959.

_____. *A sociologia posta em questão*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2007.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Patologia social do "branco" brasileiro*. *Jornal do Comércio*. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/247547/mod_resource/content/1/guerrero_patologia.pdf>. Acesso em outubro/2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

WERNECK, Jurema. *Racismo institucional e saúde da população negra*. *Saúde e Sociedade*, v. 25, p. 535-549, 2016.